

Ainda tempos estranhos

Sonia Martins de Almeida Nogueira ^a

Na esquina do tempo que dobramos em janeiro, não encontramos respostas às perguntas que, cansados, fizemos em dezembro. O que fomos, o que somos e o que seremos têm novos contornos nestes tempos de pandemia, que não acreditávamos que poderia ser tão longo, a nos desafiar desenhando um “novo normal”.

Arendt (1998, p. 46), explorando o sentido da política, expõe que: “Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Ela possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, em paz e tranquilidade, ou seja, sem ser molestado pela política”. Mas, nas últimas décadas do século XX, a globalização desafiou, e ainda desafia neste século XXI, os quadros de referência da política.

Ianni assinala o desenvolvimento da globalização, identifica um mundo sistêmico e explícita: “A partir dos interesses que predominam na economia política mundial, mas influenciando a política e a cultura, desenvolve-se uma crescente e abrangente articulação sistêmica do mundo” (1997, p. 26). Perguntamos, então: como essa articulação influencia a política no mundo?

Esse cenário de articulação sistêmica ainda é o igual hoje, apresentando desafios a pesquisadores, professores, decisores e gestores no campo da Educação, promovendo e nutrindo o exercício do diálogo no meio acadêmico, nas associações científicas, no âmbito do sistema de ensino, no interior das escolas, cobrando compromisso e ação do poder público.

Hoje, em tempos de pandemia, em novos contornos, a sociedade e a economia enfrentam uma crise geral, que se manifesta na esfera da vida de cada pessoa, um problema político. Não é um problema local de saúde pública. É um problema de primeira grandeza que aparece em toda a mídia e inquieta, amedronta, estarrece com seus dados estatísticos de letalidade e de incapacidade dos sistemas públicos de saúde de responderem com eficiência à demanda de atendimento aos infectados. E põe em xeque a capacidade dos governantes de promoverem as ações necessárias e urgentes na área de saúde pública.

^a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

A saúde é um direito social de todos, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Capítulo II DOS DIREITOS SOCIAIS, Título II, que trata dos direitos e das garantias fundamentais. Mas, também a Educação é um direito social e não pode ser pensada desvinculada da cultura, do meio ambiente, da saúde, do combate à fome, do bem-estar social, da segurança e de outros elementos da complexa estrutura de um Estado. Pensar Educação exige atentar para sua complexidade e, no Brasil, a gestão pública carece de projeto articulados que “se somem, se alimentem, de modo a construir uma engrenagem autossustentável”, como argumenta Mosé (2013, p. 14).

Nos dias atuais, temos os direitos sociais conquistados na Constituição de 1988 sob ameaça. A desigualdade econômica e a desigualdade social, pensando-se nos direitos civis estabelecidos, permitem identificar parcelas da população como: privilegiados; cidadãos “de segunda classe”, que são denominados “cidadãos simples” por Carvalho (2007) e a grande população marginal das grandes cidades, que não se sentem protegidos pela lei e pela sociedade. O que o autor descreveu há duas décadas é a realidade dos milhões de pobres, de desempregados, de analfabetos e de semianalfabetos, de jovens nem-nem (nem escola, nem trabalho), problemas de pobreza e de desigualdade que a democracia política precisa enfrentar. Esse cenário assinala a dificuldade de nosso sistema político de produzir resultados que promovam a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em segmentos separados pela Educação, pela renda, pela cor da pele.

A Educação ocorre num contexto cultural e social, e não num vazio social abstrato. É preciso atentar para as variáveis que intervêm nesse processo. O que é preciso fazer, então, quando há a constatação das desigualdades no sistema de ensino e é preciso superá-las? Quando a necessidade do isolamento social imposta pela situação de uma pandemia fechou escolas e gerou questões, entre outras, que não se levantavam em relação ao cumprimento do ano letivo com todos os elementos que o compõem, quer no sistema público de ensino, quer no sistema das escolas particulares?

Pensando apenas nos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, constatamos que o período de fechamento das escolas, e conseqüente adoção do ensino remoto, desvelou a questão da diferença profunda de acesso dos alunos a recursos tecnológicos e educacionais, refletindo as desigualdades socioeconômicas que apontamos. Perguntamos, então: como ficam as questões da aprendizagem? Mas, há ainda as questões da segurança alimentar e o convívio social que as escolas oferecem. Há um impacto socioemocional que atinge crianças e adolescentes.

Voltar às aulas é uma questão urgente que se apresenta nos diferentes planos dos entes federativos como decisão a ser tomada e a reabertura das escolas precisa ser em conjunto com os gestores da saúde pública, mas não apenas com eles, não se podendo ignorar a possibilidade de sucessivos fechamentos. Mas é também preciso deter o olhar no Ensino Superior. Atentar para a amplitude do desafio que se põe.

E nesse longo período em que nossas escolas sofreram o abalo do fechamento, poderíamos perguntar: em que passo andaram o pensamento e a razão, que perspectivas se desenharam? O que a herança deixada pelos educadores do século XX poderia nos ter oferecido para pensarmos uma realidade tão diversa? O que a efervescência das ciências sociais e humanas, nestas duas primeiras décadas do século XXI, fez brotar na leitura do mundo?

O que encontramos nos artigos desse número 111 da Ensaio permite perceber a amplitude do campo de reflexão e provocação à criatividade que a complexidade da Educação tece, não deixando de abordar questões que têm seu nascedouro nas inquietações geradas pela pandemia da Covid-19.

Esse número é aberto com um texto que vem de Minas Gerais, da Universidade Federal de Ouro Preto, sobre a questão da avaliação do desempenho docente. José Rubens Lima Jardimino, Ana Maria Mendes Sampaio e Andressa Maris Rezende Oliveri indagam se a Avaliação de Desempenho Docente (ADD) é um instrumento para culpar, punir ou desenvolver profissionalmente. Seu trabalho se pauta em dados levantados junto a 27 professores da rede pública municipal de ensino, compondo grupos focais. Os resultados apontam que a ADD se configura como importante política no contexto da Educação, mas que, por vezes, é utilizada como instrumento de domínio e de controle, desperdiçando a oportunidade de promoção de mudanças na prática pedagógica e no contexto socioeducativo.

Em seguida, Jani Alves da Silva Moreira, da Universidade Estadual de Maringá, Ângelo Ricardo de Souza, da Universidade Federal do Paraná, e José Maria Hernandez Diaz, da Universidad de Salamanca, apresentam aos leitores um artigo resultante de pesquisa exploratória e experimental, que teve como objeto as políticas educacionais, a gestão e o financiamento dos Centros Concertados de Educação Infantil e Educação Primária na Espanha. Seu primeiro foco é o processo de descentralização, bem como o papel do Conselho Escolar. Os autores assinalam que o resultado evidenciou a necessidade de manutenção da participação coletiva para a construção de políticas educacionais mais equitativas e não segregantes.

Passa-se, então, à discussão da aprendizagem digital em nível universitário, em artigo de Ana Ivenicki, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que faz um estudo de caso. Detém-se nas políticas educacionais brasileiras, particularmente no papel da Universidade Aberta, apresentando conceitos de aprendizagem digital em contextos multiculturais, com paradigmas de Educação permanente. Discutindo a aprendizagem digital no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, tenta medir impedimentos e desafios que podem pôr em risco o potencial multicultural nas políticas educacionais. O estudo é concluído apresentando caminhos futuros possíveis para reflexões e contribuições na área.

Temos, a seguir, o artigo de Sebastián Donoso-Díaz, da *Universidad de Talca*, Chile, que se detém nos desafios do processo de implementação inicial dos novos serviços locais da Educação pública do Chile, que experimenta importante deterioração nas últimas quatro décadas, num cenário internacional que privilegia a privatização do setor. Para compreender o fenômeno, são explicitados os trajetos históricos do país nas últimas décadas, as características do sistema municipal de Educação e o avanço complexo da implementação dos novos serviços locais na atualidade, a partir das perspectivas dos ciclos políticos.

Em prosseguimento, vem um artigo que põe em foco os tempos hoje vividos. Remi Castioni e Adriana Almeida Sales de Melo, da Universidade de Brasília, Paulo Meyer Nascimento, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e Daniela Lima Ramos (*In Memoriam*), da Universidade Federal da Bahia, discutem a paralisação das universidades federais brasileiras quando da eclosão da epidemia da Covid-19 e em que medida a falta de acesso à internet interditará a retomada das atividades acadêmicas de forma remota. Em sua análise, não encontraram justificativas consistentes para prolongar a interrupção das atividades de ensino-aprendizagem e afirmam serem as metodologias de ensino híbrido as que tendem a se consolidar no mundo pós-pandemia, o que exigirá das universidades federais brasileira novas atitudes e estratégias.

Por sua vez, Carlos Eduardo Ferraço, da Universidade Federal do Espírito Santo, e Isabel Maria Sabino de Farias, da Universidade Estadual do Ceará, põem em foco o tema da inserção social no processo avaliativo da pós-graduação *stricto sensu* em Educação, no Brasil. Partem do exame da Ficha de Avaliação, do Sistema de Avaliação Capes, do quadriênio 2013-2016, buscando evidenciar como o quesito da inserção social nela está objetivado.

O artigo seguinte é das pesquisadoras Cristiane Backes Welter, da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, e Flávia Obino Werle, da Universidade do Vale

do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, e se detém nos processos de invisibilização de estudantes na avaliação em larga escala desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As autoras analisam regulamentações do Inep referentes a processos de avaliação em larga escala da Educação Básica e questionam os indicadores divulgados relativos ao nível de qualidade e de desenvolvimento da Educação Básica.

Passamos, então, ao artigo de Claudio Diaz Larenas, Alan Jara Diaz, Yesenia Rosales Orellana e Maria José Sanhueza Villalón, da Universidad de Concepción, Chile, que exploram os princípios de instrumentos de avaliação da aprendizagem de inglês. As diferentes análises desenvolvidas permitem concluir que o procedimento tradicional de avaliação predominou sobre a avaliação autêntica e que, em cada instrumento aplicado, os princípios de avaliação se manifestam em diferentes graus. Assinalam que os professores ainda dão ênfase à gramática e ao conhecimento do vocabulário, ao invés de promoverem competência em língua estrangeira por meio de técnicas e de procedimentos de avaliação autêntica, autoavaliação e avaliação por pares.

O trabalho seguinte é de Cecília de Sousa Reibnitz e Ana Carolina Staub de Melo, do Instituto Federal de Santa Catarina, tratando da pesquisa como princípio educativo desenvolvido na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, metodologia de trabalho diferente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O artigo analisa esse método, buscando demonstrar algumas potencialidades e limites. As autoras acreditam que a partir do aprofundamento desse processo seja possível analisar melhor as demandas e as questões pertinentes à EJA n Brasil.

Katerin Arias-Ortega e Segundo Quintriqueo, da *Universidad Catolica de Temuco*, La Araucania, Chile, investigam as tensões epistemológicas existentes entre o professor mentor e o educador tradicional (*sabio mapuche*) na implementação da Educação Intercultural Bilingue (EIB) em três escolas de La Araucania. Utilizaram-se da investigação qualitativa como metodologia de trabalho e os resultados principais apontam para uma relação educativa de caráter colonial do professor mentor com o educador tradicional como fator de limitação da implementação da EIB, expondo tensões que têm origem no conhecimento escolar de raiz eurocêntrica e o ensino da língua e da cultura mapuche.

Fecha a seção dos artigos o texto de Bruno Bastos Godoi e Delba Fonseca dos Santos, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Os autores partem da assertiva de que a pandemia da Covid-19 põe em foco a necessidade de reconstruir sistemas de saúde com maior acesso à

qualidade desses serviços, sendo a resiliência relevante porque todos os países têm comunidades vulneráveis. Considerando os maiores desafios sociais, com dimensão local, destacam que as universidades têm um papel chave na criação de produtos inovadores e de serviços, sublinhando que ações focais incluem investir em ações primárias de cuidados com a saúde, destacando que a universidade localizada numa região de baixo atendimento à saúde tem um papel fundamental. A partir das reflexões e das evidências encontradas, os autores propõem seu ensaio como uma estrutura para políticas de saúde na realidade pós-pandêmica e para a ação da universidade.

Samuel Coelho da Silva, da Prefeitura Municipal de Serra, Espírito Santo, e Rosianny Campos Berto e Liana Abrão Romera, da Universidade Federal do Espírito Santo, nos trazem, na seção “Página Aberta”, que encerra esse número, uma investigação qualitativa sobre a trajetória de vida e de formação de educadores sociais que atuam no Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua (Centro Pop), na região metropolitana de Vitória, no Espírito Santo. Analisam as trajetórias pessoais e formativas de seis educadores sociais e consideram que uma preparação específica, politicamente engajada, tem papel menor para subsidiar um trabalho qualitativo do que as experiências de vida e de formação restrita.

O conjunto dos trabalhos permite perceber que estes tempos estranhos não fizeram cessar o ritmo do movimento de compartilhamento da produção acadêmica, talvez fortalecido pela consciência de que a ausência do convívio presencial nas instituições de ensino e de pesquisa demande maior presença dessa produção em outros meios de acesso ao conhecimento. Estarmos em isolamento social não significa estarmos aprisionados em espaços de silêncio e de distanciamento, fora do contexto social e cultural em que a Educação ocorre, fora da articulação sistêmica do mundo apontada que aí está.

Aguardemos pelo próximo número, na certeza de que também será testemunho de dias dedicados ao trabalho, em que se articulam saberes e criatividade, no incessante e corajoso movimento de promover a reflexão e fortalecer o compromisso com a Educação.

Referências

ARENDDT, A. *O que é Política?:* Fragmentos das obras póstumas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IANNI, O. “A Política mudou de lugar”. In: DOWBOR, I.; IANNI, O.; RESENDE, P.-E. A. (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 17-27.

MOSÉ, V. *A escola e os desafios contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.



Informações sobre a autora

Sonia Martins de Almeida Nogueira: Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora adjunta do Departamento de Administração Educacional, da Faculdade de Educação da mesma universidade e professora associada do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem, do Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. É Membro Emérito do Conselho Diretor do International Council on Education for Teaching-ICET, a que pertence desde 2002, tendo ocupado o cargo de Vice Presidente-Região da América do Sul. Contato: smanogueira@infolink.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9584-880X>